

### EDU.SUSTENTABILIDADE: EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA PARA PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA REDE BÁSICA DE ENSINO

**Pedro Kauã Salvador de Brito<sup>1</sup>.**

Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa, Paraíba.

**RESUMO:** Em meio à insustentabilidade das ações humanas e à severa crise global, este trabalho analisa o projeto de extensão “Edu.Sustentabilidade” (UFPB, 2024–2025), fundamentando-se na urgência da Educação Ambiental (EA) frente à crise climática. Considerando os óbices estruturais que dificultam a aplicação da EA nas escolas, objetivou-se investigar o papel da extensão na mitigação dessas lacunas. Metodologicamente, realizou-se um estudo de caso qualitativo e pesquisa-ação em quatro etapas: capacitação da equipe, diagnóstico em três escolas de João Pessoa/PB, vivências práticas e avaliação. As ações priorizaram a ludicidade e a ressignificação de resíduos sólidos. Os resultados evidenciaram que as intervenções promoveram a interdisciplinaridade e o protagonismo estudantil através da transformação de materiais recicláveis. Internamente, o projeto fortaleceu a formação dos graduandos e a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, a despeito de desafios logísticos na coleta de materiais. Conclui-se que a iniciativa validou um modelo de intervenção de baixo custo e alta replicabilidade, capaz de fomentar a cidadania ecológica. O estudo ratifica a universidade como agente transformador, destacando a curricularização da extensão como essencial para a construção de comunidades sustentáveis, em consonância com os ODS e a legislação nacional.

**PALAVRAS-CHAVE:** Interdisciplinaridade. Resíduos Sólidos. Cidadania.

### EDU.SUSTENTABILIDADE: UNIVERSITY EXTENSION FOR THE PROMOTION OF ENVIRONMENTAL EDUCATION IN BASIC EDUCATION

**ABSTRACT:** This study analyzes the extension project “Edu.Sustentabilidade” (UFPB, 2024–2025), grounded on the urgency of Environmental Education (EE) in the face of the climate crisis. Considering the structural obstacles hindering the implementation of EE in schools, the study aimed to investigate the role of university extension in mitigating these gaps. Methodologically, a qualitative case study and action research were conducted in four stages: team training, diagnosis in three schools in João Pessoa/PB, practical experiences, and evaluation. The actions prioritized playfulness and the resignification of solid waste. Results showed that the interventions promoted interdisciplinarity and student protagonism through the transformation of recyclable materials. Internally, the project strengthened undergraduate training and the indissolubility of teaching, research, and extension, despite logistical challenges in material collection. It is concluded that the initiative validated a low-cost, highly replicable intervention model capable of fostering ecological citizenship. The

study reaffirms the university as a transformative agent, highlighting the curricularization of extension as essential for building sustainable communities, in alignment with the SDGs and national legislation.

**KEYWORDS:** Interdisciplinarity. Solid Waste. Citizenship.

## INTRODUÇÃO

Na contemporaneidade, a insustentabilidade das ações humanas converteu a promessa da globalização em uma crise climática severa. A dinâmica predatória do modo de produção capitalista agravou o hiato entre sociedade e natureza, cujos reflexos nocivos se manifestam em fenômenos como o aquecimento global e o colapso da biodiversidade marinha e terrestre. Nesse sentido, a contínua negligência na implementação de medidas mitigadoras desses efeitos ameaça a integridade dos ecossistemas e a sobrevivência das futuras gerações. Diante desse contexto de urgência, a Educação Ambiental (EA) emerge como instrumento indispensável, capaz de fomentar a consciência crítica e alentar a coesão social mediante a promoção de práticas sustentáveis (Ardoin et al., 2018).

No Brasil, a institucionalização dessa temática é uma exigência constitucional desde 1988, reforçada posteriormente pela Política Nacional de Educação Ambiental (Lei nº 9.795/1999). Contudo, na prática, a implementação dessas diretrizes nas escolas brasileiras ainda enfrenta barreiras que comprometem sua plena efetividade. Segundo Silva (2023), tais entraves manifestam-se na dimensão material, pela insuficiência de infraestrutura e recursos didáticos; e na dimensão pedagógica, pela carência de qualificação específica do corpo docente. Depreende-se, portanto, que a comunidade escolar carece de iniciativas que promovam a integração social e a efetiva difusão da EA.

Para mitigar esse lapso, a extensão universitária consolida-se como um locus privilegiado, articulando o tripé ensino-pesquisa-extensão para conectar saberes acadêmicos e demandas sociais. Sob essa ótica, a internalização de tais práticas permite que técnicos, docentes e funcionários operem como multiplicadores de sustentabilidade para além dos muros da escola. Essa aproximação restaura a percepção da indissociabilidade entre ser humano e meio ambiente, fomentando uma consciência ecológica que perdura para além do período escolar e se consolida ao longo da trajetória de vida dos indivíduos envolvidos.

## OBJETIVO

Nesse cenário, o presente artigo objetiva analisar o desenvolvimento e a atuação do projeto de extensão “Edu.Sustentabilidade”, vinculado à Universidade Federal da Paraíba (UFPB). A iniciativa, voltada à difusão da EA na rede de ensino de João Pessoa, surgiu como resposta aos desafios da prática pedagógica local, posicionando a universidade como agente transformador na construção de um futuro mais sustentável.

No que tange à estruturação, o trabalho organiza-se, primeiramente, a partir da contextualização teórica da EA e do papel social da extensão universitária no Brasil. Em seguida, descreve-se o percurso metodológico, evidenciando as ferramentas e etapas

que nortearam a execução do projeto. Por fim, apresentam-se os resultados alcançados e as considerações finais, reiterando a pertinência de tais intervenções face à premente realidade de insustentabilidade no país.

## **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

### **EDUCAÇÃO AMBIENTAL: CONTEXTUALIZAÇÃO TEÓRICA**

A Educação Ambiental (EA) constitui um alicerce substancial para a consolidação da sustentabilidade, atuando na formação de valores, atitudes e competências voltadas ao cuidado com a vida e ao enfrentamento das desigualdades socioambientais (Dias, 2014). Esse entendimento alinha-se às diretrizes da Conferência Intergovernamental de Tbilisi (1977), marco histórico da disseminação do termo em escala global. Segundo o documento final da conferência, a EA define-se como um processo de reconhecimento de valores e clarificação de conceitos, cujo objetivo é desenvolver habilidades e modificar atitudes para que se compreenda e aprecie a inter-relação entre os seres humanos, suas culturas e seus meios biofísicos.

No ordenamento jurídico brasileiro, essa relevância foi primeiramente assegurada pela Constituição Federal de 1988. Em seu Art. 225, inciso VI do § 1º, a Carta Magna incumbe ao Poder Público o dever de promover a EA em todos os níveis de ensino, bem como garantir a conscientização pública para a preservação ambiental. Posteriormente, essa diretriz constitucional foi regulamentada pela Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), solidificando a obrigatoriedade e a transversalidade dessa prática no país.

Apesar da robustez legislativa, observam-se impasses que dissociam a norma da realidade escolar, o que gera um descompasso entre o texto legal e a prática pedagógica. Narcizo (2009) atribui parte desse fenômeno a uma construção cultural enraizada, na qual parcela significativa da sociedade brasileira ainda percebe a pauta ambiental como secundária ou irrelevante. Para reverter esse quadro e promover uma efetiva transformação social, Leff (2002) argumenta que a Educação Ambiental exige a articulação indissociável entre saberes teóricos e práticos. De modo que tal abordagem demanda a compreensão das complexas interações sistêmicas, evidenciando a interdisciplinaridade como condição crucial para as práticas educacionais hodiernas.

Nesse sentido, a abordagem interdisciplinar pressupõe integração de conteúdos, junto a uma nova dinâmica relacional entre quem ensina e quem aprende. O educador, ao estimular a autonomia, possibilita que o estudante relacione o conhecimento acadêmico com sua vivência comunitária, transformando a escola em um espaço de intervenção na realidade local. Em consonância com essa perspectiva, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) determina ainda a transversalidade da temática ambiental em todas as etapas da educação básica. As escolas têm, assim, o dever de instrumentalizar os alunos para a leitura crítica do mundo. Contudo, a literatura recente aponta que, para que haja um trabalho efetivo em EA nas escolas, o investimento na formação docente continuada também é

fundamental (Almeida et al., 2025).

Por fim, a escola, ao abordar questões como consumo consciente, justiça climática e preservação dos ecossistemas, amplia sua função social e contribui para a construção de uma cidadania ambiental ativa. Esse panorama é corroborado por Jacobi (2003), que salienta a urgência de práticas pedagógicas focadas na reflexão e na ação, capazes de estimular a cidadania ecológica dado o potencial multiplicador das instituições de ensino na sociedade. Nesse viés, a institucionalização de uma EA crítica e permanente, integrada às políticas de ensino, revela-se célere e imperativa. Mais do que a simples transmissão de conteúdos, tal abordagem visa reconfigurar a relação sociedade-natureza, atuando como mecanismo impulsionador do progresso social e da consciência política.

## **CENÁRIO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO BRASIL**

Historicamente, a gênese da extensão universitária remonta à Inglaterra do século XIX. Concebida inicialmente como um desdobramento do saber técnico-científico, ela surgiu com o propósito de expandir os horizontes da academia para os variados contextos urbanos da época, buscando guiar novas trajetórias sociais. No cenário nacional, embora o histórico de ações extensionistas tenha se tornado evidente após o golpe cívico-militar de 1964 (Sousa, 1995), essa função social somente foi plenamente institucionalizada e elevada a princípio constitucional com a redemocratização. Conforme estabelece o Art. 207 da Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988), a educação superior sustenta-se sobre três pilares indissociáveis: o ensino, a pesquisa e a extensão.

Nesse arranjo constitucional, a extensão consolida-se como o elo integrador entre a universidade e a sociedade (Almeida, 2015), conferindo à instituição relevância substancial ao inseri-la em dinâmicas sociais, políticas e econômicas. Dessa maneira, a prática extensionista não atua isoladamente, mas envolve indissociavelmente o ensino e a pesquisa e, concomitantemente, reflete uma relação dialética e transformadora entre a academia e a comunidade (Faria, 2022). A universidade, enquanto principal entidade promotora, passa então a dialogar entre saberes, penetrar em espaços para além de seus muros e garantir a inovação a partir de necessidades que não se restringem à comunidade acadêmica (Brito, 2025).

Ao transcender a transmissão unilateral e valorizar os saberes populares, a extensão universitária alinha-se aos preceitos da educação crítica (Santana, 2024). Paulo Freire define esse movimento como um ato político-pedagógico de via dupla, pautado na dialogicidade. Para Freire (2003), é imperativo que o discurso se converta em práxis, unindo o que é propagado verbalmente com o que se faz efetivamente. Somente através dessa dinâmica a aprendizagem autêntica acontece, ao permitir que o sujeito transforme o conteúdo assimilado em conhecimento vivo, capaz de ser aplicado em situações concretas (Freire, 1987, p. 46).

Contudo, a materialização dessa prática enfrenta óbices, como resistências institucionais, carência de políticas de valorização e limitações estruturais. Ainda assim,

o esforço para superar tais desafios justifica-se pelos impactos positivos gerados. Em consonância com Rodrigues et al. (2013), a extensão fortalece a legitimidade institucional, enriquece a formação acadêmica do discente e entrega benefícios diretos e palpáveis à sociedade, cumprindo, assim, seu papel transformador. Quando articulada a soluções inovadoras, práticas extensionistas adquirem relevância estratégica para a consecução de metas globais, como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Tais diretrizes constituem o lastro fundamental de grande parte dos planos de trabalho extensionistas em todo o território nacional.

Diante do exposto, ao assumir uma postura pautada em uma perspectiva Freiriana, a extensão universitária se apresenta como o terreno fértil para a efetivação da Educação Ambiental, uma vez que essa exige interdisciplinaridade e uma metodologia multifacetada, que se baseia no tripé educacional vigente. É por meio da extensão que a teoria ambiental sai da sala de aula e encontra a realidade da comunidade escolar, permitindo que a universidade não apenas ensine sobre sustentabilidade, mas construa soluções sustentáveis em conjunto com a sociedade. O projeto 'Edu.Sustentabilidade', objeto deste estudo, insere-se precisamente nessa interseção.

## **METODOLOGIA**

O presente estudo descreve e analisa as experiências do projeto de extensão 'Edu. Sustentabilidade' (UFPB), vigente no biênio 2024-2025, homologado pela Pró-Reitoria de Extensão (PROEX). Os procedimentos metodológicos estruturaram-se na articulação entre revisão bibliográfica e pesquisa-ação, operacionalizada em quatro etapas sequenciais e interdependentes, fundamentadas em uma abordagem mista (quali-quantitativa). Quanto aos fins, o presente trabalho caracteriza-se como uma pesquisa descritiva; quanto aos meios, configura-se como um estudo de caso qualitativo de natureza aplicada.

A primeira etapa dedicou-se à capacitação teórica e técnica da equipe executora, composta por duas docentes e oito discentes de múltiplas áreas. Visando uma compreensão abrangente da temática, realizaram-se ciclos de estudos e debates sobre gestão de resíduos, coleta seletiva e reciclagem. Essa fase, concentrada nas dependências do Campus I da UFPB, foi essencial para o nivelamento teórico e o desenvolvimento do pensamento crítico dos extensionistas do projeto.

Após a fase interna, a segunda etapa marcou a transição para o campo com o diagnóstico situacional. Antes da interação com o público-alvo (alunos das escolas), ocorreram reuniões semanais estratégicas com gestores e professores das escolas parceiras para mapear o conhecimento prévio sobre Educação Ambiental e identificar práticas sustentáveis existentes. O locus da pesquisa abrangeu três contextos: (a) uma escola pública municipal (Fundamental I); (b) uma escola particular (Fundamental I e II); e (c) uma escola pública estadual (Fundamental II). A coleta de dados utilizou entrevistas semi-estruturadas, levantamentos fotográficos, observação in loco e análise documental.

Com base nesses encontros, a terceira etapa envolveu o planejamento e execução

das intervenções, denominadas “vivências”. Estas foram delineadas considerando a faixa etária e objetivos pedagógicos, demandando logística prévia para higienização e preparo de insumos recicláveis, obtidos via campanhas de arrecadação na UFPB (garrafas PET, papelão, etc.). As vivências materializaram a extensão como prática extramuros, monitoradas via observação participante.

Destacam-se quatro vivências principais: (1) Confecção de Fantoques: Nas escolas (a) e (b) (100 alunos, 7-9 anos), utilizando caixas de leite para criar narrativas sobre desperdício e biodiversidade, estimulando a criatividade e cooperação; (2) Jogos Sustentáveis: Nas escolas (a) e (c) (aprox. 100 alunos), focada na manufatura de brinquedos (futebol de tampinhas, damas, jogos da memória) para evidenciar a viabilidade do reaproveitamento; (3) Lixeiras Ecológicas: Na escola (b) (25 alunos, 5º ano), utilizando garrafas PET para montagem e personalização de coletores, fomentando a responsabilidade compartilhada na gestão de resíduos e (4) Debate sobre Cooperativas: Com turmas do 5º ano, utilizando dinâmica argumentativa com grupos opostos para desenvolver pensamento crítico sobre a realidade dos catadores e a visibilidade das cooperativas.

Para encerrar o percurso metodológico, a quarta etapa dedicou-se à avaliação e disseminação. A análise dos dados baseou-se na interpretação qualitativa das percepções coletadas. A avaliação ocorreu em três níveis: (i) com as crianças, via rodas de conversa pós-vivência; (ii) com a escola, através de formulários bimensais para monitorar impactos na prática docente; e (iii) com a equipe, mediante reuniões de alinhamento. No que tange aos aspectos éticos, assegurou-se o respeito à integridade dos participantes e o consentimento da gestão escolar para os registros de imagem. A difusão dos resultados aconteceu via redes sociais (Instagram: @edu.sustentabilidade), relatórios e produção científica, visando a replicabilidade do modelo.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A implementação das ações extensionistas suscitou reflexões fundamentais sobre as potencialidades e os desafios inerentes à prática de Educação Ambiental, reafirmando a relevância do projeto frente ao cenário de insustentabilidade diagnosticado. A análise quali-quantitativa dos resultados baseou-se na observação participante, feedback da comunidade escolar e autoavaliação da equipe, à luz dos referenciais teóricos adotados.

Na fase inicial, dedicada à fundamentação teórica, o projeto superou o planejamento técnico, consolidando-se como um espaço de construção coletiva onde a interdisciplinaridade fortaleceu a autonomia intelectual dos discentes. Por meio de debates e apresentações sobre temáticas ambientais distintas, a equipe confrontou os contrastes entre teoria e prática, utilizando esse arcabouço para desenvolver intervenções sensíveis ao contexto escolar. Esse processo de maturação integrou os saberes acadêmicos e pessoais dos extensionistas, além de qualificar a atuação prática, comprovando que o alinhamento prévio de valores e objetivos é condição indispensável para o êxito das ações.

Preliminarmente às vivências, a articulação institucional revelou-se estratégica ao

calibrar as propostas às demandas reais das escolas. Relatos docentes evidenciaram lacunas significativas no conhecimento das crianças sobre reciclagem e coleta seletiva, corroboradas pela observação do descarte inadequado de resíduos no ambiente escolar. Paralelamente, a gestão logística dos materiais (arrecadação e triagem) fomentou a consciência crítica da equipe sobre consumo e descarte. Contudo, observou-se uma adesão incipiente às campanhas de arrecadação por parte dos alunos da universidade, indicando que as estratégias de mobilização da comunidade acadêmica interna carecem de aprimoramento para garantir maior engajamento futuro.

No que tange à execução, as vivências centradas na confecção de fantoches, brinquedos e lixeiras ecológicas catalisaram o trabalho em equipe e o protagonismo estudantil. A atividade com fantoches promoveu a integração curricular entre Ciências e Artes, enquanto a manufatura de jogos sustentáveis enriqueceu o patrimônio lúdico das escolas, uma vez que os itens produzidos foram incorporados ao acervo institucional, garantindo a perenidade do impacto. Qualitativamente, verificou-se que os discentes articularam a temática ambiental às disciplinas formais, associando-a espontaneamente a tópicos de Geografia, História e Ciências. Essa abordagem interdisciplinar favoreceu a assimilação dos conteúdos ao ancorá-los em experiências concretas e contextualizadas, conforme prevê a BNCC.

Em suma, as oficinas evidenciaram que a transformação de resíduos em novos itens despertou nas crianças a compreensão de que materiais descartados são passíveis de ressignificação. Os debates subsequentes às apresentações consolidaram o aprendizado, validando a conscientização ambiental como um objetivo alcançado. Os resultados indicaram, ainda, o desenvolvimento de uma sensibilidade maior dos estudantes frente às problemáticas ecológicas. Sob a ótica operacional, as intervenções provaram-se sumamente viáveis devido ao baixo custo e à premissa do reuso. A simplicidade dos recursos, conjugada ao alto engajamento, reforçou a efetividade do projeto, sublinhando o potencial transformador da extensão universitária e a premente necessidade de sua curricularização.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ante o exposto, a análise das ações do projeto Edu.Sustentabilidade ratifica a extensão universitária como um mecanismo pedagógico capaz de materializar a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e compromisso social. O estudo demonstra que a universidade, ao transpor seus muros, não somente ensina, mas também aprende e se ressignifica no compromisso com a realidade escolar. No âmbito pedagógico, as vivências lúdicas provaram-se eficazes, posicionando as crianças como agentes sociais ativos, indo além da passividade hodierna na recepção de conteúdos.

A metodologia aplicada possibilitou o desenvolvimento de habilidades críticas e valores éticos, essenciais para o enfrentamento dos desafios ambientais contemporâneos. Ressalta-se, contudo, a necessidade de contextualizar as práticas às realidades socioeconômicas

locais, evitando-se a romantização da Educação Ambiental (EA) e assegurando que as ações tenham profundidade e aderência cultural. A experiência corrobora a pertinência da Educação Ambiental como eixo transversal no currículo, em consonância com as diretrizes legais brasileiras. A viabilidade operacional das oficinas — pautada no baixo custo e na reutilização de resíduos — evidenciou que é possível promover práticas sustentáveis com recursos acessíveis.

Por fim, recomenda-se para iniciativas futuras o alinhamento sistêmico entre os objetivos dos projetos de extensão e as demandas específicas das escolas parceiras, bem como o fortalecimento das estratégias de sensibilização da comunidade acadêmica interna. Almeja-se que, inspiradas por este modelo, as escolas se consolidem como núcleos disseminadores de sustentabilidade e a universidade reafirme seu papel de agente transformador na construção de uma cidadania ecológica e emancipatória. Dessa forma, a instituição consolida-se como pilar indispensável à construção de uma sociedade socioambientalmente justa.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, L. da S. A., Sá, L. de O., Lima, T. de O., Brito, A. C. da S., & Saraiva, P. M. (2025). Educação Ambiental em Escolas Públicas: Análise de Projetos e Resultados. **Revista Ibero-Americana De Humanidades, Ciências E Educação**, 11(7), 2566–2579.
- ALMEIDA, L. P. de. A extensão universitária no Brasil: processos de aprendizagem a partir da experiência e do sentido. **Diversité: Recherches et terrains**, n. 7, p. 66-79, 2015.
- ARDOIN, N. M. et al. Environmental education and behavior: A review and analysis of research. **Environmental Education Research**, v. 24, n. 1, p. 19-41, 2018.
- BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2024].
- BRASIL. **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 28 abr. 1999.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.
- BRITO, Pedro Kauã Salvador de et al. Extensão universitária para construção de comunidades sustentáveis: A experiência do projeto Edu. sustentabilidade. **Encontro Latino-americano e Europeu sobre Edificações e Comunidades Sustentáveis (euroELECS)**, v. 6, p. 1-9, 2025.
- DIAS, Genebaldo. **Educação ambiental: princípios e práticas**. 11. ed. São Paulo: Gaia, 2014.
- FARIA, C. S. de. (2022). **A extensão universitária como prática de ensino aprendizagem**. Geografia Ensino & Pesquisa, 26, e25.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

- JACOBI, P. **Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade**. Cadernos de Pesquisa, v. 33, n. 118, p. 189-205, 2003.
- LEFF, E. **Epistemologia ambiental**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- NARCIZO, K. R. dos S. Uma análise sobre a importância de trabalhar educação ambiental nas escolas. **REME@-Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, v. 22, p. 180-191, 2009.
- RODRIGUES, A. L. L. et al. Contribuições da extensão universitária na sociedade. **Caderno de Graduação-Ciências Humanas e Sociais-UNIT-SERGIPE**, v. 1, n. 2, p. 141-148, 2013.
- SANTANA, L. S. B. et al. Extensão universitária como ponte entre o conhecimento acadêmico e a transformação social. **Aracê - Direitos Humanos em Revista**, v. 11, n. 1, e6263, 2024.
- SILVA, Mariana. Educação ambiental como eixo estruturante da prática pedagógica: desafios e possibilidades. **Revista Educação e Sustentabilidade**, v. 9, n. 1, p. 22–38, 2023.
- SOUSA, A. L. **A história da extensão universitária a partir de seus interlocutores**. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar). Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1995.
- UNESCO. **Intergovernmental Conference on Environmental Education: final report. Tbilisi, USSR, 14-26 October 1977**. Paris: UNESCO, 1978.